

COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES – LEI Nº 14.133/2021

Local: São Paulo/SP

Data: 17 a 19 de junho

O Curso

Não há dúvidas de que o sucesso nas contratações públicas requer um planejamento adequado, que inclui desde os instrumentos de governança das contratações, a exemplo do Plano de Contratações Anual (PCA), com clareza na identificação das necessidades, até a busca pela melhor solução no mercado, culminando na construção de documentos que instrumentalizam a contratação de maneira assertiva.

Sobre o tema, preparamos um curso completo para tratar dos principais documentos do planejamento. Exploraremos passo a passo a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme a Instrução Normativa nº 58/2022 e do Termo de Referência (TR) de acordo com a Instrução Normativa nº 81/2022. Além disso, vamos destacar melhores práticas e resolver casos concretos, sempre com especial atenção aos entendimentos do TCU.

Todo o conteúdo do curso é fundamentado na Lei nº 14.133/2021, com ênfase às suas novidades e alterações. Além disso, examinaremos os novos atos normativos já em vigor, como as Instruções Normativas nº 58/2022, nº 81/2022 e nº 65/2021, o Decreto nº 10.947/2022 e a Portaria nº 8.678/2021.

Ao participar deste curso, você não apenas dominará o planejamento e a elaboração do ETP e do TR de acordo com o novo regime das contratações públicas, mas também estará preparado para enfrentar os desafios que surgem nessa fase.

Garanta já sua vaga e dê o próximo passo rumo à excelência nas contratações públicas!



Motivos para participar



Preparar as contratações com mais segurança e eficiência.

Entender as etapas, os documentos e as decisões da fase de planejamento das compras e das contratações de serviços de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e os novos normativos editados.

Conhecer o conteúdo e as informações que devem estar previstos no Plano de Contratações Anual, no ETP e no TR.

Compreender as

novidades da Lei nº
14.133/2021 sobre o
planejamento das
contratações e os
documentos que devem ser
produzidos nessa fase, com
destaque para as INs nº
58/2022, nº 81/2022 e nº
65/2021, entre outros
normativos sobre o tema.

Dominar as melhores práticas para afastar contratações ineficientes e apontamentos dos órgãos de controle quanto à fase de planejamento, em especial o conteúdo dos estudos preliminares e do termo de referência.

Aplicar as boas práticas para a inclusão da gestão de riscos nas contratações de compras e serviços.

compreender os principais entendimentos do TCU e do Judiciário sobre o tema e que podem orientar a interpretação da nova Lei de Licitações.



Agenda



Professores



Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021 (Forense, 2022). Colaborador da obra Lei de licitações e contratos anotada (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Dia 17 de junho / Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

NOVA LEI DE LICITAÇÕES – CONVIVÊNCIA ENTRE OS REGIMES

Data de entrada em vigor da nova Lei e o período de convivência entre os regimes – Repercussões práticas

FASE PREPARATÓRIA/PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SUA IMPORTÂNCIA

- Governança das contratações Responsabilidade da alta administração Novidades da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021
- Importância dos documentos e das providências do planejamento conferida pela nova Lei
- Planejamento estratégico
- Plano de Logística Sustentável (PLS)
- Plano de Contratações Anual e a Portaria Seges/ME nº 8.678/2021
- As três fases do processo de contratação pública e a importância de uma visão sistêmica e coordenada dessas fases e do processo de contratação
 - Etapas do planejamento
 - Estudos preliminares
 - Gerenciamento de riscos
 - Termo de referência
- Modelos de minutas e a possibilidade de adoção das minutas do Executivo Federal por todos os entes federativos
- Órgãos de administração de materiais e de serviços e os instrumentos para a centralização dos procedimentos
- Agentes públicos envolvidos no planejamento e as novidades do Decreto nº 11.246/2022
- Responsabilização por ações e omissões LINDB e erro grosseiro e a disciplina da Lei nº 14.133/2021



DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GESTÃO DE RISCOS

ENFOQUE APLICADO: NO DECORRER DA APRESENTAÇÃO, SERÃO ANALISADAS CLÁUSULAS DE MODELOS DE ETP

Procedimentos iniciais – Formalização da demanda

- Objetivo
- Departamento/agentes responsáveis

Estudos técnicos preliminares (ETP) de acordo com a IN nº 58/2022

- O que é o ETP e qual a sua importância?
- ETP digital
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
- Departamento/agentes responsáveis
- Identificação e justificativa da necessidade
- Requisitos técnicos da contratação
 - O que pode ou n\u00e3o ser exigido?
 - Participação fundamental da área técnica/requisitante
- Levantamento das soluções disponíveis no mercado
- Práticas de sustentabilidade
- Descrição da solução como um todo
- Quantificação do objeto Agrupamento do objeto em itens ou lotes
- Alinhamento com o Plano de Contratações Anual
- Viabilidade da contratação
- Justificativa da escolha entre compra e locação
- Elementos mínimos obrigatórios e elementos dispensáveis do ETP
- Objetos/situações que dispensam a elaboração de ETP
- Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado



Dias 18 e 19 de junho / Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GESTÃO DE RISCOS (continuação)

Especificidades dos estudos preliminares para terceirização

- Atividades que podem e que não podem ser terceirizadas Tratativa do Decreto nº 9.507/2017, da IN nº 05/2017 e da Lei nº 14.133/2021
- Serviços com e sem dedicação exclusiva de mão de obra
- Unidades de medida, quantificação dos serviços contínuos e reunião de serviços distintos em uma mesma licitação ou em um mesmo lote

Especificidades para aquisição de bens

- Aquisição de bens de consumo e de luxo Disciplina do Decreto nº 10.818/2021
- Como garantir a qualidade?
- Prova de qualidade do produto: cumprimento de normas técnicas, certificação, protótipo, amostra, carta de solidariedade, indicação e vedação de marca Novidades da Lei nº 14.133/2021

Gerenciamento de riscos

- Planejamento sob a perspectiva da gestão de riscos e a Lei nº 14.133/2021
- No que consiste o gerenciamento de riscos?
- ldentificação do risco, probabilidade e impacto, definição de ações preventivas e de contingência e definição de responsáveis
- Mapa de riscos nas compras e nos serviços
- Matriz de alocação de riscos nas compras e nos serviços
- Revisão do mapa de riscos e sua utilização como importante mecanismo de gestão contratual



DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

TR de acordo com a IN nº 81/2022

- Documentos e providências anteriores Estudos técnicos preliminares Gerenciamento de riscos
- Falta do ETP e os impactos na construção do TR
- TR digital e seu conteúdo
- Dispensa de elaboração do TR
- Pesquisa e estimativa de preços no TR e os levantamentos realizados no ETP
 - Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado Procedimento da IN Seges/ME nº 65/2021
 - Fontes de pesquisa
 - Quantas pesquisas (cotações) devem ser realizadas?
 - Prazo do orçamento
 - Definição dos preços estimado e máximo: média, mediana ou menor valor
 - Memoriais de cálculo que devem ser juntados ao processo
 - Discrepância nos orçamentos obtidos Procedimentos e cautelas
 - Atualização dos preços pesquisados
 - Formalização da pesquisa de preços
 - Pesquisa de preços no ETP e no TR
- Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra Elaboração da planilha de custos e formação de preços
- Definição de critérios de aceitabilidade do preço
 - · Definição dos preços estimado e máximo
 - Definição dos valores máximos unitários e global
 - Preço excessivo e preço inexequível
- Divulgação dos valores estimado e máximo no edital Orçamento sigiloso
- Regimes de execução na compra de bens e contratação de serviços
- Modelo de execução do objeto
 - Definição da dinâmica do contrato
 - Modelo de ordem de execução



- Modelos de gestão do contrato e o instrumento de medição e pagamento (IMR)
- Conteúdo das propostas
- Descrição técnica O que deve constar na proposta do licitante e a possibilidade de realização de diligências no julgamento
- Definição do procedimento Licitação ou contratação direta
- Definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento e dos modos de disputa
- ► Cabimento e vantagens do Sistema de Registro de Preços
- Definição dos documentos de habilitação
 - Vedações de ordem pessoal
 - Exigências de regularidade jurídica
 - Exigências de regularidades fiscal, social e trabalhista
 - Exigências de capacidade técnica
 - Exigências de capacidade financeira
 - Trabalho do menor
 - Forma de comprovação das condições exigidas
- Critérios de preferência e aplicação do regime da Lei Complementar nº 123/2006 para microempresa e empresa de pequeno porte
- Definição de condições específicas para a execução do contrato
 - Prazo de execução, prazo de vigência e prorrogação
 - Condições de execução e de pagamento
 - Garantia contratual
 - Revisão, reajuste e repactuação
 - Sanções administrativas
- Diretrizes específicas para os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra:
 - Fiscalização administrativa Acompanhamento do cumprimento dos direitos trabalhistas dos empregados
 - Retenção/glosa de pagamento e pagamento direto aos empregados



Investimento

R\$ 5.995,00 / PARTICIPANTE*



3 almoços e 6 coffee breaks

Livro: Nova Lei de licitações e contratos administrativos – Lei nº 14.133/2021 (Editora Zênite)

Apostila específica do Seminário

Material de apoio e Certificado*

CONDIÇÃO DIFERENCIADA: A cada 3 inscrições neste Seminário, efetuadas pelo mesmo órgão e vinculadas à mesma fonte pagadora, a Zênite concederá cortesia para uma quarta inscrição.

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

* O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário.



Onde será?

Meliá Paulista

Av. Paulista, 2181 – Consolação São Paulo/SP - Tel: (11) 2184-1600

Pagamento



O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas:

Banco do Brasil | Ag:. 3041-4 | Cc: 84229-X

Banco Bradesco | Ag:. 5723 | Cc: 0766622-5

n bradesco

Caixa Econômica | Ag:. 1525-3 | Cc: 1566-2

CAIXA

Banco Itaú | Ag:. 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag:. 3837 | Cc: 130017258

Santander

Observação:

Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix

Informação e inscrições:

Whatsapp (41) 99643.4141 / Tel (41) 2109.8666 / evento@zenite.com.br / www.zenite.com.br Av. Sete de Setembro, 4698 | Batel | Curitiba PR | CEP 80240-000

